

Consumidores bancam maioria dos recursos do Luz para Todos, diz Acende Brasil 17/03/2008

Segundo Claudio Sales, 90% do montante investido tem origem nos consumidores, por meio de encargos, e o restante repassado por governos estaduais

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Negócios

O programa Luz para Todos, criado pelo governo federal para universalizar a energia elétrica até este ano, não contou com recursos do próprio governo. Segundo o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, 90% dos recursos direcionados ao programa têm origem nos consumidores de energia, por meio de encargos cobrados nas tarifas, em especial a Conta de Desenvolvimento Energético e a Reserva Global de Reversão. O restante, comenta, é repassado pelos governos estaduais. O tema foi debatido nesta segunda-feira, 17 de março, durante o "III Fórum Instituto Acende Brasil: Política Tarifária e Distribuição de Energia Elétrica - Desafios da 2ª Revisão Tarifária".

No evento, sugeriu-se que o governo destine recursos do orçamento da União ou de outra fonte a fim de garantir a sustentabilidade das ações de operação e manutenção dessas novas instalações. "O diagnóstico é de que o programa hoje é insustentável", disse Sales. O executivo destaca que o programa possui metas ambiciosas e já foi responsável pela instalação de 225 mil quilômetros de rede elétrica, mas defende investimentos pelo governo federal para não comprometer o próprio Luz para Todos nem a oferta dos serviços pelas empresas.

O Luz para Todos foi um dos temas analisados pelo evento e é um dos assuntos dos Cadernos de Política Tarifária, feitos em parceria com a Siglasul com a finalidade de explicar à sociedade como funciona a política tarifária nacional, com avanços e entraves, além de sugestões de aprimoramentos das diretrizes.

Os cadernos, lançados oficialmente na segunda-feira, dia 17 de março, pelo Acende Brasil são divididos em cinco temas: Política Tarifária e Regulação por Incentivos; Universalização; Perdas e Inadimplência; Empresa de Referência; e Qualidade no Fornecimento.

Sob o guarda-chuva da regulação por incentivos, a entidade debateu os pontos da política que serão aplicados neste segundo ciclo e que dependem de aprimoramentos. A avaliação do Acende Brasil, segundo Sales, é de que uma metodologia feita para dar ênfase à eficiência, na prática está deixando de acontecer, pois há indefinição de regras, exigências adicionais sem considerar custos e o perfil da Empresa de Referência, além da própria universalização dos serviços.

O evento, que aconteceu em Brasília, contou com a participação dos diretores de Regulação de alguns dos principais grupos empresariais de energia elétrica do país, e do diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Jerson Kelman. Na ocasião, Kelman e os executivos debateram, entre outros pontos, a possibilidade de se criar regimes de tarifas diferenciadas pela qualidade do serviço.